JUX JORNAL

Zero Hora - Porto Alegre - RS

Cad.: Gercel Pág.: 58
Publicado: 11/11/49

INDÍGENAS

Advogado denuncia caingangues

Caciques da reserva de Constantina estariam cobrando propina de agricultores

O advogado Luiz Valdemar Albrecht vai apresentar hoje à Polícia Federal de Passo Fundo denúncia contra caciques da reserva de Constantina, localizada no norte do Estado.

Albrecht, advogado de Sarandi, diz ter provas de que líderes da reserva estariam cobrando propina de agricultores, com a promessa de indicá-los na listagem de indenizações de terras, a ser paga pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Albrecht, contratado por cerca de cem agricultores, atua no processo de desapropriação e indenização de terras indígenas. Ele afirma que quatro índios da reserva caingangue cobram propina de famílias que vivem em terras indígenas. O objetivo é colocar o nome dessas famílias na primeira relação de indenizações.

O governo federal pretende desapropriar 20,2 mil hectares na a confirmar sua denúncia.

área (englobando os municípios de Engenho Velho, Constantina, Nonoai, Ronda Alta, Três Palmeiras e Planalto), em um processo que custará R\$ 2,5 milhões aos cofres públicos. Como a Funai tem apenas R\$ 1 milhão para pagamento imediato, a entidade vai se valer de uma lista apresentada pelos próprios índios. Eles, com uma comissão de agricultores desalojados, é que indicarão quem deve ter prioridade no recebimento do dinheiro.

Setenta e uma famílias de agricultores já estão na primeira listagem. A relação final terá 127 nomes. Segundo Albrecht, as 56 vagas restantes estariam ainda em disputa, motivando a propina.

De uma hora para outra, índios que não trabalham, não plantam e não têm renda aparecem com juntas de bois, TVs, automóveis, antenas parabólicas e outras coisas – acusa o advogado de Sarandi, que promete apresentar à PF três nomes de índios dispostos a confirmar sua denúncia.

CONTRAPONTO

O que diz o superintendente regional da Funai em Passo Fundo, Glênio Alvarez:

"A Funai não tem dinheiro em caixa para efetuar o pagamento das indenizações a todas as famílias que terão de ser relocadas na Reserva da Serrinha. Então, como só havia R\$ 1 milhão para repassar aos agricultores agora, pedimos à própria comunidade local que nos apresentasse sugestões de critérios para a seleção dos primeiros beneficiados. Entretanto, ninguém se manifestou, e nós acabamos ficando atrelados à lista entregue pelos índios e por uma comissão de agricultores que coordena os trabalhos. Para receber o dinheiro, porém, todos terão de apresentar documentação comprovando que as terras não estão alienadas ou envolvidas em alguma pendência com banços. Vinte e sete famílias devem receber o dinheiro nas próximas semanas, mas somente 20 entregaram a papelada exigida. Não temos informação de que esteja ocorrendo nenhum problema na região, embora fosse provável que os preteridos da primeira lista reclamassem.'

Confusão deixa índios sem remédios

Um lote de 11.478 mil remédios comprado pela Secretaria Estadual da Saúde para a reserva indígena de Tenente Portela, noroeste do Estado, foi parar no Hospital Santo Antônio, instituição particular filantrópica do município. O prefeito Pedro Abilio Prates Carvalho (PMDB) suspeitou tratar-se de um desvio de destino por parte da 19ª Coordenadoria Regional da Saúde (CRS), de Frederico Westphalen, responsável por repassar às áreas indígenas o material recebido da Fundação Nacional da Saúde. A diretora do hospital, irmã Catarina Schiavo, e o responsável pela 19ª CRS, José Luiz Maglia, alegam que tudo não passa de um mal-entendido.

Os remédios foram retirados pela irmã Maria Gazola, motorista do hospital, no dia 19 de outubro no almoxarifado da coordenadoria. Maglia explica que o funcionário responsável pelo setor pediu a ela que encaminhasse os remédios à área indígena, e ela entendeu que eles eram destinados ao hospital. Irmã Catarina relata que, em época de epidemia, quando muitos índios são atendidos no hospital, a coordenadoria repassa remédios e o lote da reserva foi confundido com esse material.

Pode até ser que não houve má-fé, mas os remédios ficaram parados enquanto a comunidade indígena está necessitada – protesta o prefeito.
 Os remédios levaram 41 dias para chegar até os

Os remédios levaram 41 dias para chegar até os indios. Ontem mesmo, eles foram encaminhados à unidade sanitária na reserva indígena.